



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

---

## INTERFERÊNCIAS DO FUNDEF/FUNDEB NA FORMAÇÃO DOCENTE NO CONTEXTO DE VITÓRIA DA CONQUISTA – BA: UMA PROPOSTA DE ESTUDO

Dilma Francisco Rodrigues dos Santos<sup>56</sup>  
(UESB)

Maria Iza de Amorim Pinto\*\*  
(UESB)

### INTRODUÇÃO

Discussões a respeito do financiamento da educação e a constatação de alguns aspectos negativos durante a implantação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), influenciaram a criação de um novo fundo que o substituiu, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). (MONLEVADE, 2001).

Lima (2005) afirma que, em 1999, o núcleo de Educação, Cultura e Desporto do Partido dos Trabalhadores (PT), no parlamento, elaborou uma Proposta de Emenda Constitucional, a PEC 112/1999, objetivando ampliar a oferta de educação básica para todos. O Fundeb, fundo de natureza contábil, entrou em vigor no dia 01 de janeiro de 2007, amparado pela Medida Provisória nº. 339 de 28 de dezembro de 2006 e regulamentado, meses depois, pela Lei 11.494/2007 de 20 de junho de 2007.

---

<sup>56</sup>Graduada em Pedagogia – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB; pós-graduanda em Educação, Cultura e Memória – UESB; E-mail: dilmafrancisco@yahoo.com.br  
Orientadora

\*\*Coordenadora do grupo: Políticas Educacionais e formação de professores, Orientadora, izamarcos@yahoo.com.br



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

---

O Fundeb apresenta características distintas do fundo anterior, entre outras: abrange toda a educação básica (Ensino Fundamental, Educação Infantil e Especial, Ensino Médio e EJA) e não apenas o Ensino Fundamental; O Fundef é composto por 15% da arrecadação do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), da Quota de Participação de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (QP-ICMS) transferidos aos municípios, da QP-IPI/Exportação devida aos municípios, do Fundo de Participação dos Estados (FPE), e da QP-IPI/Exportação devida aos Estados, com o Fundeb são utilizados 20% destes impostos e acrescentados o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e doação de quaisquer bens ou direitos (ITCM), Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) e Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR); o tempo de vigência passou de 10 anos com o Fundef para 14 anos com o Fundeb. Este estabelece um piso salarial nacional, enquanto o primeiro não o determinava (MEC, 2007).

O Parágrafo único do Art. 40 da Lei 11.494/2007 determina que “os planos de carreira deverão contemplar capacitação profissional especialmente voltada à formação continuada, com vistas à melhoria da qualidade de ensino.” O Art. 21 indica que a utilização dos recursos para este fim deve respeitar o que prevê o inciso I do Art. 70 da LDB nº. 9.394/96 que considera o aperfeiçoamento do pessoal docente como uma das ações para a manutenção e desenvolvimento do ensino. Para este fim a lei do Fundeb determina o uso de 40% dos recursos que o compõem, os 60 % restante deverão ser gastos apenas com a remuneração dos profissionais da educação, conforme o disposto no Art. 22.

Os cursos viabilizados pela aplicação das verbas do Fundeb caracterizam-se como formação contínua, ou seja, cursos de capacitação em serviço para atualização de conhecimentos de todos os profissionais da educação e os de formação inicial, direcionados apenas aos professores. A lei que ampara o oferecimento desses cursos de formação inicial exige que os mesmos sejam oferecidos em instituições de ensino superior desde que estejam credenciados.



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

---

Tavares; Ferreira; Cavalcante; Silva (2005) afirmam que o Brasil tende a observar com rigor as determinações da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), do Banco Mundial e da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco). Dessa forma a evolução da história de formação docente – inicial e continuada – sofre a interferência dos ideais de desenvolvimento econômico que esses órgãos pretendem viabilizar.

Historicamente, as reformas elaboradas e impostas pelas autoridades, sem considerar os saberes daqueles que compõem a base do sistema, desencadearam muitas vezes, conflitos, rejeições e resistências, produzindo, conseqüentemente, resultados indesejados na prática docente e na qualidade do ensino. Segundo Torres (1997: 85) a problemática que envolve o contexto educacional está relacionada ao financiamento e às ações de quem organiza a redistribuição e o uso dos recursos destinados à educação. “Os conflitos no nível escolar não são fundamentalmente sobre os princípios capitalistas que o informam, e sim sobre as práticas.”

A implantação de fundos como o Fundef e o Fundeb merece a atenção de educadores e pesquisadores. É importante que o tema seja debatido nos meios acadêmicos e estendido a toda sociedade, pois é no âmbito dessas discussões que construímos as bases para a transformação social.

Estudo monográfico realizado em Planalto-BA e Poções-BA destaca alguns pontos críticos no desenvolvimento do Ensino Fundamental, no período compreendido entre os anos de 1997 e 2004, anos que antecedem e sucedem a implantação do Fundef. Dentre esses pontos estão a precariedade do ensino oferecido pela rede de ensino de ambos os municípios e a atuação de professores portando apenas o Ensino Fundamental. (SANTOS; OLIVEIRA, 2006).

Os resultados do estudo monográfico, referentes á atuação docente instigou a seguinte questão: De que modo o Fundef e o Fundeb interferem na formação de docentes do Ensino Fundamental em Vitória da Conquista-BA?



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

---

A pesquisa aqui proposta pretende analisar a forma como os fundos de financiamento, Fundef e Fundeb implementados nas últimas décadas no Brasil, interferem no processo de formação de professores. Para isto considerar-se-ão as mudanças que emergem no contexto da educação pública municipal de Vitória da Conquista-BA, em decorrência da prática pedagógica desses profissionais; a correlação entre o grau de formação e a prática educativa; os possíveis avanços no padrão de qualidade do Ensino Fundamental em decorrência da formação profissional dos docentes nos três primeiros anos de implantação do Fundeb; os valores aplicados no custeio de cursos de formação; e as concepções teóricas que fundamentam estes cursos.

#### METODOLOGIA

Para a realização dessa pesquisa propõe-se a aplicação de um estudo de caso, por duas razões básicas. Em primeiro lugar por tratar da investigação de políticas públicas atuais de financiamento da educação (Fundef/Fundeb). Em segundo lugar devido à diversidade de recursos metodológicos que serão aplicados visando uma abordagem mais abrangente do tema em questão. Fatores que requerem o uso desta metodologia que, conforme Robert Yin (2001), permite investigar os fenômenos inseridos na vida real de modo a explicitá-los melhor.

As fontes utilizadas comportam análise bibliográfica e consulta a fontes primárias. Dados complementares serão obtidos na Internet, nos sites do Ministério de Educação (MEC), Instituto Nacional de Pesquisa Educacional (INEP), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), da Secretaria de Educação e Cultura da Bahia (SEC/BA) e da Fundação Getúlio Vargas.

Outras fontes como entrevistas e questionários serão aplicadas entre profissionais da educação e educandos de escolas da rede municipal visando constatar a opinião destes



ISSN: 2175-5493

## VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

---

sujeitos, referente ao desenvolvimento do ensino e ao processo de formação de professores em Vitória da Conquista-BA.

### Resultados esperados

Ao constatar a precarização do trabalho docente e a falta de cursos de formação destinados aos professores do ensino fundamental, após implantação do Fundef, nos municípios de Planalto e Poções-BA (SANTOS; OLIVEIRA, 2006), e ao considerar aspectos comuns relativos à educação básica entre estes e Vitória da Conquista-BA, acredita-se que os professores desta rede de ensino estão em melhores condições de formação profissional.

A lei 11.494/07 reforça o compromisso de assegurar a melhoria da qualidade do ensino e estabelece a formação de professores como pressuposto para atingir essa meta. Com isto crê-se que é possível haver avanços no contexto educacional do município em questão.

### REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº. 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

\_\_\_\_\_. Lei Federal nº. 11.494/2007. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 20 jun. 2007.

\_\_\_\_\_. Medida Provisória nº. 339 de 28 de dezembro de 2006. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 28 dez. 2007.

LIMA, Maria José Rocha (Org.). Fundeb: dilemas e perspectivas. Brasília: ed. independente, 2005.

MONLEVADE, João. Educação pública no Brasil: contos \$ descontos. 2. ed. Ceilândia, DF: Idéa Editora, 2001, p.193-203.



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

---

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO. MEC. Quadro comparativo – Fundef-Fundeb. Assessoria de Comunicação Social. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 13 ago. 2007.

SANTOS, D. F. R.; OLIVEIRA, V. B. Resultados qualitativos e quantitativos do fundef e expectativas para implantação do fundeb: Estudo de caso nos municípios de Planalto/BA e Poções/BA. In: II Seminário de Educação de Pessoas Jovens e Adultas e I Seminário de Políticas Públicas, Gestão e Práxis Educacionais, 2006, Vitória da Conquista. Anais do II EPJA e I Gepráxis. Vitória da Conquista: Edições Uesb 18, 19 e 20 de maio de 2006. v. único. p 18-32.

TAVARES, Andressa Maria B. do Nascimento; FERREIRA, Valfredo de S.; CAVALCANTE, Maria das Vitórias F. da Rocha; SILVA, Tarcimária R. L. G. As transformações do mundo contemporâneo e os impactos no campo da formação de professores no Brasil. In: Congresso internacional de formação continuada e profissionalização docente: Natal, 2005. – João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2005.

TORRES, Carlos Alberto. Sociologia Política da Educação. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997. (Coleção questões da nossa época).

YIN, Robert K. Estudo de caso: Planejamento e Métodos. Porto Alegre: Bookmam, 2001.